



MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

ABERTURA: Aos três e quatro dias de outubro, de dois mil e um, na sala de reunião “Conselheiro Omilton Visconde”, do Conselho Nacional de Saúde, teve início a Centésima Décima Terceira Reunião Ordinária, do CNS. **APROVAÇÃO DA ATA:** Colocada em apreciação, foi aprovada a Ata da 112ª Reunião Ordinária do CNS. **INFORMES: 01) Destaques de pauta:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que constava das pastas dos Conselheiros material abrangendo: **1)** Nota técnica para operacionalização da EC nº 29; **2)** Seminário sobre a Aplicação da EC nº 29; **3)** Relatório do TCU sobre os Programas Sociais, com ênfase no controle social; e **4)** Texto “*Democracia e Saúde*”, da Folha de São Paulo. Na oportunidade, ressaltou a importância dos itens 02, 04 e 05. **02) Atuação das Entidades pela Aplicação da EC nº 29:** Os Conselheiros **Zilda Arns, Geraldo Adão, Luiz Gonzaga de Araújo, Mário César Scheffer, Ana Maria Lima Barbosa, Gysélle Saddi, Augusto Alves Amorim, Henrique Mesquita, Zenite da Graça B. Freitas, Lindomar Tomé Lopes, Francisco das Chagas Dias Monteiro e Edmundo Ferreira Fontes** falaram sobre as ações de mobilização referentes à aplicação da EC nº 29, realizadas por suas entidades. **03) CISMU – SEMINÁRIO:** Conselheira **Clair Castilho** informou sobre a realização do Seminário “*Anticoncepção no SUS*”, nos dias 20 e 21 de setembro de 2001, destacando que o mesmo atingira os objetivos esperados e que seria apresentado relatório contendo as observações e os encaminhamentos decorrentes do mesmo, previamente aprovados pela CISMU. **04) CITV – Audiência Pública na CDU/CF, nos dias 11, 19 e 25/09/2001 – Portaria MS (Queimados):** Conselheira **Gysélle Saddi** fez o relato das audiências públicas realizadas pela Comissão Intersectorial de Trauma e Violência e informou sobre a realização do Seminário Nacional sobre Violência Urbana, nos dias 30 e 31 de outubro de 2001 (Espaço Cultural Zumbi dos Palmares da Câmara dos Deputados). Oportunamente, ressaltou a necessidade de normatização da Portaria do Ministério da Saúde, referente ao atendimento a queimados, sendo decidido que o tema seria submetido à apreciação da CITV. **05) CISAMA – Reunião Agenda 21, Florianópolis: Parecer e Relatório PL nº 4.147/2001:** Conselheiro **Edmundo Fontes** disse aos Conselheiros que o Seminário sobre a Agenda 21, realizado em Florianópolis, debatera sobre a mudança de metodologia de discussão da referida Agenda. Acrescentou que a reunião da CISAMA, realizada em João Pessoa, discutira o Projeto de Lei nº 4.147 de 2001, de autoria do Deputado Adolfo Marinho, referente à área de saneamento e destacou a necessidade de articulação do CNS no sentido de convocar a Conferência Nacional de Saneamento e Meio Ambiente. **06) CIST – Seminário com CSSF/CD, em 25 e 26/09/2001:** Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima** informou sobre a realização do Seminário sobre Saúde do Trabalhador, realizado em parceria com a Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, destacando a competência demonstrada pela equipe técnica da Secretaria Executiva do CNS e, também, da CIST. Acrescentou que o referido Seminário tivera participação intensa e atingira o objetivo principal, debatendo temas como relações de trabalho, deficiência legislativa, conflitos trabalhistas, previdência social, dentre outros. **07) CISM – Conferência Nacional de Saúde Mental: Dr. Pedro Delgado,** representante do Ministério da Saúde, informou que estava em fase de conclusão a realização das Conferências Municipais de Saúde, estando pendentes apenas as de São Paulo e de Salvador, e distribuiu quadro contendo as datas das Conferências Estaduais, faltando apenas a confirmação das datas de Amapá e Roraima. **08) Conferência Nacional de Assistência Farmacêutica:** Conselheira **Clair Castilho** informou que o Grupo de Trabalho de Assistência Farmacêutica havia se reunido e sugerido a realização da referida Conferência para o mês de março de 2002, definindo, também, os eixos temáticos. Informou, ainda, sobre a realização de Seminário da OPAS, sobre assistência farmacêutica, em Fortaleza, nos dias 12 e 13 de setembro de 2001. Concluindo, lembrou que estava pendente a deliberação do Plenário do CNS sobre a comissão organizadora e o regimento interno da referida Conferência. **09) Reunião Nacional da RNIS, de 20 e 21/09/2001:** O Senhor **Fernando Cartaxo**, técnico do CNS, informou sobre a Reunião Nacional da RNIS, que abrangeria cerca de mil e trezentos municípios. Disse que seria apresentado relatório sobre o evento e que haveria um segundo encontro, para debater “*controle social e municípios*”. **10) X Plenária Nacional de Conselhos de Saúde:** (transformada em item de pauta). **11) Conselheiro Mozart de Abreu e Lima** informou que o Grupo de Trabalho de Tecnologia Farmacêutica concluíra a

fase de consultas à indústria, aos pesquisadores e ao governo, e que seria feito relatório, no sentido de constituir uma proposição de diretrizes estratégicas, a ser debatida em seminário nacional sobre o tema, no dia 31 de outubro de 2001, na OPAS. **12) Conselheira Zenite B. Freitas** informou sobre a realização do X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, a ser realizado no Rio de Janeiro, no período de 08 a 12 de outubro de 2001, com o tema “*Trabalho, Direitos e Democracia: Assistentes Sociais contra a Desigualdade*”, sugerindo a participação dos Conselheiros **Ana Maria Lima Barbosa** e **Artur Custódio M. de Souza** no evento. Informou, também, da realização de audiência pública sobre diretrizes curriculares, cientificando que diversas categorias estavam discutindo sobre as referidas diretrizes e que algumas delas já haviam sido aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. **13) Informe Administrativo:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** lembrou que o conjunto de informes apresentados ao início de cada reunião ressaltava a amplitude da atuação das entidades representadas no CNS. **ITEM 02 – ATUALIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 33/92 (2ª VERSÃO):** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** disse que a 1ª versão da atualização da Resolução nº 33/92 recebera contribuições de estados municípios, do Grupo de Trabalho destinado para analisar a questão do Estado do Pará e da 11ª Conferência Nacional de Saúde, dando origem à segunda versão da referida resolução, que será submetida a apreciação do CNS na 114ª Reunião Ordinária. Conselheira **Ana Maria Barbosa** sugeriu que as discussões sobre o tema decorrentes das Conferências Estaduais e Municipais de Saúde fossem aditadas ao conjunto de documentos referentes à atualização da Resolução nº 33/92. Conselheira **Gysélle Saddi** solicitou sua substituição no Grupo de Trabalho do Pará por se considerar inexperiente na área de legislação do Conselho. Conselheira **Zenite B. Freitas** lembrou que na 109ª Reunião Ordinária fora acrescentada a sua participação nesse Grupo de Trabalho, para debater e apresentar parecer, manifestando a sua surpresa ao ter conhecimento de que seu nome não constava da composição do mesmo. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** apresentou desculpas, em nome da Secretaria-Executiva, sobre esse fato. Conselheiro **Temístocles Marcelos Neto** sugeriu que o Grupo de Trabalho fosse composto pelas Conselheira **Maria Lêda Dantas**, **Zenite B. Freitas**, **Eliane Cruz**, além de representantes do CONAM e CONASEMS. Conselheira **Gysélle Saddi** sugeriu que o Conselheiro **Artur Custódio M. de Sousa** integrasse o Grupo de Trabalho como titular ou como suplente e, também, que o referido Grupo fosse subsidiado pelo Ministério Público. Conselheiro **Edmundo Fontes** propôs o nome do Conselheiro **Francisco Monteiro** para suplente do Grupo de Trabalho. Após as discussões, foi decidido que o Grupo de Trabalho destinado a atualizar a Resolução nº 33/92 se uniria ao Grupo de Trabalho do Estado do Pará e à Comissão Organizadora da Plenária Nacional de Conselheiros, formando um Grupo de Trabalho ampliado a fim de formalizar versão oficial da Resolução, a ser apresentada durante a realização daquela Plenária, composto pelos Conselheiros **Maria Lêda Dantas**, **Zenite B. Freitas**, **Eliane Cruz**, além de representantes do CONAM e CONASEMS, ficando os Conselheiros **Francisco Monteiro** e **Artur Custódio M. de Sousa** como membros suplentes. **ITEM 03 – ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA:** Dra. **Ana Figueiredo** esclareceu que, através do Relatório Final da 11ª Conferência Nacional de Saúde, a ANVISA recebera a recomendação de realizar a Conferência Nacional de Vigilância Sanitária. O pleito fora encaminhado ao Conselho Consultivo da Agência, sendo iniciado o pré-projeto da Conferência que, após feitas as devidas correções, fora aprovado. Acrescentou que a I Conferência Nacional de Vigilância Sanitária, intitulada “*Efetivar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária: Proteger e Promover a Saúde Construindo Cidadania*”, tinha por finalidade analisar a situação da vigilância sanitária no país, propor diretrizes para a Política Nacional de Vigilância Sanitária; e definir estratégias para a efetivação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, integrante do Sistema Único de Saúde e, estava baseada nos seguintes eixos temáticos: **I) Vigilância Sanitária: proteção e promoção da saúde; II) construção do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; e III) Vigilância Sanitária, Saúde e Cidadania.** Em seguida, **Dr. Eduardo Nakamura** fez esclarecimentos sobre a lógica da escolha dos delegados que comporão a Conferência Nacional de Vigilância Sanitária. Conselheira **Zilda Arns** manifestou contentamento em saber que estava havendo participação popular, no âmbito regional e estadual, na Conferência Nacional de Vigilância Sanitária. Conselheiro **Cláudio Duarte** disse que a organização da Conferência estava de acordo com a prática do controle social vivenciado pelo Conselho Nacional de Saúde, necessitando, apenas, de maior envolvimento dos Conselhos Estaduais de Saúde e do próprio Conselho Nacional. Conselheiro **Edmundo Ferreira Fontes** sugeriu que fosse melhor trabalhada a proposta de composição, principalmente, no que se refere à representatividade dos usuários. Conselheiro **Francisco Monteiro** concordou que havia necessidade de rever a proposta da composição da Conferência, tendo em vista haver problema conceituais quanto a representatividade dos gestores. Conselheira **Zenite B. Freitas** disse que deveria ser assumida a responsabilidade do CNS quanto ao não envolvimento inicial do Conselho na organização da Conferência e sugeriu a criação de Grupo de Trabalho para acompanhar os trabalhos da Comissão

Organizadora. Foi aprovado grupo de trabalho para atuar junto da Comissão Organizadora, composto pelos Conselheiros **Maria Lêda Dantas, Clair Castilho e Francisco Monteiro**, contanto com a colaboração da **Dra. Sueli Dalari**, representante da CONEP, e foi aprovada a rediscussão da delegação representativa dos trabalhadores em saúde na Conferência. **ITEM 04 – PAINEL: “MODELO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E MODELO DE ATENÇÃO À SAÚDE” PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS, SUSTENTABILIDADE DO SUS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NOS TRÊS NÍVEIS DA DIREÇÃO ÚNICA DO SUS:** Conselheiro **Olympio Távora**, em nome do segmento de prestadores de serviços de saúde, teceu comentários sobre as diretrizes para orçamentação e execução orçamentária do Ministério da Saúde, destacando a visibilidade do orçamento, bem como sua execução, e custeio. **Dra. Rosa Maria Marques** falou sobre o Modelo de Gestão Orçamentária e Financeira do Ministério da Saúde, fazendo a interpretação de planilhas orçamentárias, no período de 1994 a 2000. **Dr. Hugo Vocurca** fez a apresentação do trabalho desenvolvido pelo SIOPS, com vistas a subsidiar a discussão sobre alocação equitativa, destacando: **1)** análise dos dados de balanço de estados e municípios; **2)** aplicação da EC nº 29; e **3)** orçamento 2002. **Dr. Antônio Carlos Rosa Júnior** apresentou o Modelo de Gestão Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Saúde, destacando: **1)** agentes intervenientes no processo de financiamento da saúde; **2)** mecanismos de financiamentos; **3)** instrumentos de ação operacionais e gerenciais; **4)** EC nº 29; **5)** acompanhamentos de convênios; **6)** transferências fundo a fundo (2001); e **7)** comunicações institucionais. Conselheiro **Sérgio Piola** fez comentários sobre: **1)** o gasto nacional com saúde de países com características semelhantes ao Brasil; **2)** a questão da participação pública e privada no Gasto Nacional com Saúde; **3)** distribuição do gasto público com saúde entre as três esferas de governo; **4)** equidade na distribuição dos recursos públicos; e **5)** transferências fundo a fundo. Na oportunidade, concordou com a proposta da **Dra. Rosa Maria Marques**, de separação dos itens “investimento” e “custeio e da rubrica AIH e SIA”. Conselheiro **Carlos Alberto Preto** reafirmou a necessidade de regulação da EC nº 29 e, ponderou que a instância “convênio” estava tornando-se obsoleta e substituída, gradativamente, através de incentivos financeiros nas diversas áreas da saúde. Lembrou, ainda, o problema da não execução orçamentária de algumas áreas da saúde, citando como exemplo a área de saneamento básico. Conselheira **Tânia Lago** observou que grande número de municípios não utilizava os recursos no sentido de atender às necessidades básicas da população e, portanto, fazia-se necessária uma ação federal efetiva capaz de induzir respostas às prioridades locais. Disse, ainda, que as prioridades nacionais, no âmbito do investimento em saúde, não representam a somatória das prioridades definidas no âmbito municipal. Conselheiro **Luiz Gonzaga de Araújo** disse que a lógica de definição do orçamento para a saúde não era adequada ao controle social, considerando-a uma “*ditadura econômica*” e observou que o Conselho Nacional de Saúde tinha por responsabilidade a discussão prévia de cada orçamento. Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima** comentou que o sistema de saúde brasileiro era federativo e que as contribuições sociais não representavam um recurso da união e, sim, da federação. Acrescentou que deveria ser buscado modelo de gestão no sentido de dar maior responsabilidade aos entes descentralizados, contando com fiscalização adequada. Conselheira **Gyselle Saddi**, referindo-se à apresentação do **Dr. Antônio Carlos**, solicitou esclarecimentos sobre as definições de “*orçamento, operacionalização, controle e avaliação*”, “*conhecimento da realidade nacional*” e “*estabelecimento de prioridades políticas e de orçamento*”. Conselheiro **Geraldo Adão** levantou as seguintes questões para reflexão do Conselho: **1)** repasses insuficientes para os municípios; **2)** participação dos municípios com percentual muito além do previsto; **3)** despesas não cobertas por excedentes de produção de prestadores privados; e **4)** itens que fazem parte do receituário do SUS não cobertos pela Tabela-SUS. Observou, ainda, que a discussão deveria evoluir para um modelo orçamentário que contemplasse remuneração adequada para os prestadores de serviço, reajuste da Tabela-SUS e incorporação de novos procedimentos e tecnologias. **Dr. Antônio Carlos** esclareceu que as colocações feitas referiam-se à atuação do gestores das Comissões Bipartites e Tripartite, visto que essas instâncias estabeleciam os recursos a serem repassados fundo a fundo. Conselheiro **Carlos Alberto Preto** enfatizou a necessidade de implantação da NOAS. **ITEM 05 – PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA NOB-RH: AVALIAÇÃO DOS PARECERES DO CONASEMS, CONASS, MS E PRESTADORES PRIVADOS:** Tendo em vista os pareceres apresentados pelo CONASEMS, CONASS, MS e Prestadores Privados, o Plenário do CNS decidiu: **1)** promover análise jurídica e de ordem financeira sobre os princípios e diretrizes para a NOB-RH, contando com a participação dos gestores das três esferas de governo, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego; **2)** apresentar proposta de equacionamento aos obstáculos encontrados; e **3)** promover a retomada da Mesa Nacional de Negociação. **ITEM 06 – RELATO DA REUNIÃO DA CIT: Item não apresentado. ITEM 07 – RELATO FINAL DA PROPOSTA DE DISCIPLINAÇÃO DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES E GT DO CNS: Item não apresentado. ITEM 08 –**

ESCLARECIMENTOS SOBRE A PORTARIA GM Nº 1.195/2001: Conselheiro **Cláudio Duarte** disse que a Portaria GM nº 1.195/2001 tinha por finalidade analisar os instrumentos legais, nacionais e internacionais, referentes à bioética e propor medidas para aprimorar o controle social e o controle governamental sobre a matéria. Disse, ainda, que houvera reunião da referida Comissão, onde foram debatidos os seguintes pontos: **1)** reconhecimento e apoio ao CNS e à CONEP no controle das pesquisas; **2)** identificação de problemas e busca de soluções; **3)** solicitação à CONEP de apresentação detalhada sobre questões relevantes; **4)** consulta às entidades nacionais envolvidas no processo de controle de pesquisas envolvendo seres humanos; e **5)** solicitação às várias instâncias do MS de aprofundamento nas discussões, com vistas a apresentar subsídios à Comissão. Conselheira **Gysélle Saddi** indagou sobre a diferenciação das atribuições da referida Comissão e da CONEP. Conselheiro **Cláudio Duarte** explicou que a CONEP era órgão assessor do Conselho e que a Comissão criada pela Portaria GM nº 1.195/2001, estava pautada na Lei Orgânica da Saúde e nas atribuições do Ministério da Saúde. Conselheira **Zilda Arns** observou que a CONEP poderia acompanhar e contribuir com o andamento dos trabalhos da Comissão criada pelo Ministério da Saúde. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** disse que, tendo em vista a complexidade do tema, a Secretaria-Executiva do CNS decidira solicitar e aguardar os esclarecimentos do Ministério da Saúde sobre as atribuições da Comissão. Conselheiro **Cláudio Duarte** reiterou que não havia duplicidade de competências e atribuições entre a Comissão do Ministério da Saúde e a CONEP. **ITEM 09 – RELATO DA COFIN/CNS E ENCAMINHAMENTOS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA EC Nº 29:** O **Prof. Elias Jorge** apresentou o relatório da reunião da COFIN/CNS, destacando os seguintes pontos principais: **I)** relatório de gestão do Governo Federal; **II)** execução orçamentária 2001; **III)** contingenciamento orçamentário não justificado das áreas de saúde, assistência e previdência social; e **IV)** cumprimento da EC nº 29 em 2001. Apresentou, ainda, as seguintes sugestões ao Plenário do CNS: **1)** utilizar as Resoluções que orientam o CNS sobre os parâmetros orçamentários, para auxiliar a proposição de emendas; **2)** encaminhar a cópia do relatório para diversas entidades, buscando resgatar a integralidade da EC nº 29 junto ao Congresso Nacional; e **3)** reiterar o documento “*Parâmetros Consensuais para utilização da EC nº 29*”. Colocadas em apreciação, as sugestões foram aprovadas, bem como foi considerado aprovado o Relatório da COFIN/CNS. **EXTRA-PAUTA: 01) X Plenária Nacional de Conselheiros de Saúde:** Conselheira **Ana Maria Lima Barbosa** fez o relato da reunião da Comissão de Coordenação da 10ª Plenária Nacional de Conselheiros de Saúde, informando que o regimento interno da referida Plenária havia sido concluído e seria submetido aos Conselheiros na Reunião Ordinária do mês de novembro de 2001. Além disso, solicitou a ampliação do número de Conselheiros na Comissão Organizadora da Plenária. Complementando, o Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** observou que a Secretaria Executiva do CNS necessitava de auxílio dos Conselheiros para a organização e infra-estrutura da Plenária, apesar de haver entendimento com o Ministério da Saúde nesse sentido. Solicitou, então, o envolvimento de todos os Conselheiros Nacionais de Saúde, principalmente, das entidades que têm sua sede localizada no Distrito Federal. Conselheiro **Edmundo Fontes** comentou que a Plenária deveria aprofundar a discussão sobre o Sistema Único de Saúde e colocou-se à disposição para auxiliar o processo final de organização da mesma. Conselheira **Zilda Arns** fez comentários sobre a estrutura da Comissão Organizadora e disponibilizou a Pastoral da Criança para contribuir com a realização do evento. Conselheiro **Carlos Alberto Preto** registrou que vários assuntos da Plenária estavam diretamente ligados aos Conselhos Municipais de Saúde, contudo, o CONASEMS não se fazia presente em nenhuma mesa de debate. Colocou-se, também, à disposição para auxiliar os trabalhos da Plenária. Conselheira **Zenite B. Freitas** observou que o Ministério da Saúde deveria respaldar a organização da Plenária, contando com a parceria das entidades representadas no CNS, disponibilizando, assim, o Fórum de Trabalhadores para a realização do evento. Conselheira **Gysélle Saddi** lembrou que houvera deliberação anterior do CNS no sentido de que os Conselheiros Nacionais de Saúde participassem das Plenárias Regionais, visando aproximar o Conselho das questões regionais e locais, sugerindo que o Conselho elegeisse nomes para participar desses encontros. Comentou, ainda, que o Conselho deveria divulgar à realização da Plenária junto à grande mídia nacional. Conselheiro **Luiz Gonzaga de Araújo** comprometeu-se, em nome da CONTAG, a contribuir com a realização da Plenária e ressaltou a importância do engajamento da área de comunicação social do Ministério da Saúde, de forma a promover a disseminação de informações. Conselheiro **Mário César Scheffer** solicitou que a Secretaria-Executiva imprimisse exemplares do Relatório da 11ª Conferência Nacional de Saúde e o disponibilizasse aos participantes da X Plenária de Conselheiros de Saúde. O Coordenador disse que o pleito seria atendido. Conselheiro **Augusto Alves Amorim** disponibilizou a CNA e o SENAR para auxiliar a realização da Plenária. Foi aprovada a inclusão do Conselheiro **Edmundo Fontes** na Comissão Organizadora, assim como foi a inclusão do Secretário Executivo do Ministério da Saúde, **Dr. Barjas Negri**, e do CONASEMS em um dos painéis da Plenária. **Encerramento** – Nada mais

237 havendo a tratar e esgotada a pauta, a reunião foi encerrada. Estiveram presentes os seguintes
238 Conselheiros: **Ana Maria Lima Barbosa, Artur Custódio M. de Sousa, Augusto Alves Amorim,**
239 **Carlos Alberto Gebrim Preto, Carmen Maria B. da Fonseca, Cibele G. de Mello Osório, Clair**
240 **Castilho Coelho, Cláudio Duarte, Edmundo Ferreira Fontes, Eliane Cruz, Francisco das Chagas**
241 **Dias Monteiro, Geraldo Adão Santos, Gilson Irênio Magalhães, Gysélle Saddi Tannous, Henrique**
242 **de M. Barbosa Corrêa, Luiz Gonzaga de Araújo, Lindomar Tomé Lopes, Maria Leda de R.**
243 **Dantas, Maria Irene Monteiro Magalhães, Mário César Scheffer, Mário Gawryszewski, Mozart de**
244 **Abreu e Lima, Nildes de Oliveira Andrade, Olympio Távora Corrêa, Paulo Guilherme B. Romano,**
245 **Sérgio Francisco Piola, Tânia Maria Di Giacomo do Lago, Temístocles Marcelos Neto, William**
246 **Saad, Zenite da Graça B. Ferreira, e Zilda Arns Neumann.**